



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
 Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
 Zona Cívico-Administrativa – CEP: 70.150-900
 Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
 Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Memória da 47ª Reunião Ordinária do

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

DATA: 19/06/2013

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Ministério da Agric, Pecuária e Abas (MAPA) | Vera Lúcia de Oliveira |
| 2. Ministério da Agric, Pecuária e Abas (MAPA) | Derlinda Vieira de Souza |
| 3. Ministério da Cultura (MinC) | Marília Gabriela Villarreal Goulart |
| 4. Ministério da Defesa (MD) | Coronel Rodrigo Martins Prates |
| 5. Ministério da Defesa (MD) | Andréa Chaves |
| 6. Ministério da Justiça (MJ) | Alex Canuto |
| 7. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) | Alexandra Rodrigues Rocha |
| 8. Ministério das Cidades (MCid) | José Salomão |
| 9. Ministério de Minas e Energia (MME) | Maria Gorett de Couto Gomes |
| 10. Ministério de Minas e Energia (MME) | Elizane Veloso Costa Guedes |
| 11. Ministério do Desenv. Agrário (MDA) | Karla Hora |
| 12. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP) | Maria do Rosário Cardoso |
| 13. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP) | Eloá França Magalhães |
| 14. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) | Adriana Santos |
| 15. PR/Casa Civil | Lídia Hatsumi Yoshikawa |
| 16. PR/Sec. Direitos Humanos | Roberta Tiemi Saita |
| 17. PR/Sec. Geral | Carla de Paiva Bezerra |
| 18. PR/Sec. Relações Institucionais | Maria Claudia Canto Cabral |
| 19. Banco do Brasil (BB) | Maurício Messias |
| 20. Banco do Brasil (BB) | Juliana Neves Vieira |
| 21. Banco do Brasil (BB) | Marcelo Corrêa |
| 22. Banco do Brasil (BB) | Flávia Bustamante |
| 23. Caixa Econômica Federal (CAIXA) | Sandra Helena del Pupo |
| 24. Instituto Bras. Geografia e Estatística (IBGE) | Bárbara Cobo |
| 25. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA) | Elizabeth Marins |
| 26. Instituto de Pesq Econômica Aplicada (IPEA) | Luciana da Luz Silva |
| 27. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Gláucia Morelli |
| 28. Conselho Nac Direitos da Mulher (CNDM) | Vera Lúcia Machado |

Da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM:

29. Lourdes Bandeira – Secretária-Executiva
30. Tatau Godinho – Secretária da SAAE

31. Silvana Zuccolotto – Coordenadora da SAAE
32. Ana Teresa Iamarino – Diretora na SEV
33. Sonia Malheiros Miguel – Assessora Especial
34. Camila Rocha Firmino – Assessora técnica da Secretaria Executiva
35. Leila Giandoni Ollaik – EPPGG, assessora na Secretaria Executiva
36. Carolina Tokarski – EPPGG, assessora na Secretaria Executiva
37. Walkiria Reis Moraes – assessora para gestão de pessoas SPM

A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** abriu a reunião, dando boas vindas aos presentes.

Houve aprovação da memória da 46ª reunião e foram distribuídos CDs com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, plano esse construído e aprovado pelo Comitê; ressaltado que é missão precípua do Comitê, além da aprovação do PNPM, fazer o monitoramento do PNPM.

Foram iniciados os informes.

A Assessora Especial **Sonia Malheiros Miguel (SPM)** informou sobre a realização de duas grandes conferências regionais que ocorrerão no segundo semestre. A I Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, de 12 a 15 agosto, em Montevidéu, Uruguai; e a XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, de 14 a 18 de outubro, em Santo Domingo, República Dominicana. Esta terá como tema central “novas tecnologias de informação e de comunicação”. Foi informado que o *link* para consulta da página de cada uma delas pode ser acessado na página da SPM na internet.

A segunda a falar foi a coordenadora-geral de Avaliação, Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação **Silvana Zuccolotto (SPM)**, que fez cinco informes, da SAAE.

Primeiramente, ela informou sobre o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Na 4ª edição do Programa Pró-Equidade foi possível perceber o grande esforço das organizações participantes em envolver cada vez mais seus empregados e empregadas em ações que tinham como objetivo a mudança de atitudes e de relações de trabalho e dirimir desigualdades que tanto afetam as mulheres nesses espaços. O Programa na sua 4ª Edição contou com a participação de 900 mil funcionários e funcionárias das organizações. Deste número, 45% são mulheres e 55% são homens. Vale lembrar que estes dados não contabilizam o número de estagiários/as e terceirizados/as das organizações participantes, que elevam esses números à soma de aproximadamente 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as. No que se refere à remuneração, os dados referentes à 4ª Edição refletem os dados nacionais. As mulheres são maioria em faixas salariais inferiores (1 a 2 salários mínimos), sendo 53% dos trabalhadores e trabalhadoras estão nessa faixa de remuneração. No entanto, quanto maiores os salários, menor é a proporção de mulheres presentes nas faixas salariais mais elevadas. A maior faixa, que representa funcionários e funcionárias que recebem 25 salários mínimos ou mais, conta com apenas 26% de mulheres, significando que a porcentagem de homens é quase 3 vezes maior que a das mulheres. Estes números nos ajudam a ter uma dimensão da abrangência do Programa e de sua efetividade, mas não são os únicos a demonstrarem o aporte que o Programa alcançou ao longo das suas 4 edições, e principalmente nesta última edição. As organizações participantes do Pró-Equidade de Gênero e Raça chegam a apresentar quase três vezes mais mulheres em cargos executivos do que as que ainda não aderiram: enquanto elas ocupam 40% das posições de comando e decisão, eles são 59%. De acordo com pesquisa Ethos/Ibope, realizada em 2010, as executivas somavam apenas 14% e os homens ocupavam 86% dos cargos. Ações que coíbem discriminações como a implantação de planos de carreira e

remuneração e a extensão do alcance do documento a todos os funcionários e funcionárias, a institucionalização e efetivação de canais de comunicação como as ouvidorias, o aprimoramento dos comitês de ética, entre outras práticas, são essenciais. Não se pode deixar de mencionar também ações que têm como foco o incentivo ao compartilhamento das tarefas ligadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, como a ampliação da licença paternidade, a realização de atividades que incentivem a paternidade responsável, colaboram para construir outro registro cultural que proporcionem às mulheres condições de trabalho mais igualitárias. É importante lembrar também mais uma vez, que na próxima edição do programa esperamos contar com um número cada vez maior e mais diversificado de empresas. Esperamos também que a trajetória do Programa sirva de sustentação para um salto de qualidade que seja impulsionado pela força e criatividade das organizações e seus comitês, propondo ações que aprofundem as mudanças que tanto almejamos. As organizações e órgão públicos que desejem participar da 5ª edição do PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA – podem enviar mensagem para o e-mail: proequidade@spm.gov.br, no período de 25/04/2013 a 24/06/2013.

Seu segundo informe foi sobre a aprovação da mudança constitucional 72/2013 – conhecida como a PEC das domésticas. A PEC foi aprovada em 02 de abril e agora está na fase de regulamentação, com a proposição do PLC 72/2013. A SPM tem, nesta fase, papel importante de articulação com o conjunto do governo de modo a buscar a garantia de todos os direitos para essas trabalhadoras.

Seu terceiro informe foi sobre a realização da 35ª conferência da Associação de Pesquisa sobre Uso do Tempo – IATUR. Esta é uma rede internacional de pesquisadoras/es e produtoras/es de dados de uso do tempo que se reúne, pelo menos uma vez ao ano, para promover intercâmbio, treinamento e publicações. As Conferências da IATUR são conferências acadêmicas que contam com a participação de estudantes, professoras/es e membros de institutos de estatísticas envolvidos na produção e análise de dados/pesquisas sobre uso do tempo. A 35ª Conferência é uma promoção da IATUR, em conjunto com IBGE, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Ipea, ONU Mulheres e OIT e pretende incentivar a discussão das temáticas relacionadas ao uso do tempo por mulheres e homens e suas implicações sobre os mais variados campos da vida. Incentiva-se a participação de pesquisadoras/es latino-americanas/os. A Conferência acontecerá no Rio de Janeiro, de 7 a 9 de agosto. As inscrições já estão abertas, na página da Conferência <http://eventos.ibge.gov.br/iatur2013>. O pagamento é feito por meio de boleto bancário, até 1o de agosto, entretanto, inscrições pagas até 10 de julho têm valores reduzidos. O Seminário Prévio à 35ª Conferência da IATUR, que é aberto ao movimento social, será realizado no dia 06/08/2013.

Seu quarto informe foi sobre a participação da SPM no V Fórum de Mulheres do Ibas – Índia, Brasil e África do Sul, ocorrido de 14 a 16 de maio passado. No evento, houve consulta a *stakeholders* da sociedade civil para o Fórum de Mulheres do IBAS (FM-IBAS) e elaboração da minuta de resoluções pelos representantes governamentais. Foram realizados seis painéis de debate, com os seguintes temas: a) Fim da violência contra mulheres e meninas: construindo espaços urbanos e rurais seguros no contexto da urbanização crescente; b) Participação política e liderança: explorando os papéis de gênero na construção da nação; c) Empoderamento de mulheres rurais e marginalizadas: uma abordagem holística; d) Fortalecendo sistemas de proteção social no contexto do desenvolvimento: intervenções programáticas para mulheres e crianças; e) Orçamento sensível a gênero: garantindo a inserção de compromissos de gênero nas alocações orçamentárias; f) Empoderamento de mulheres e igualdade de gênero: agenda de

desenvolvimento pós-2015. Ao final de cada painel, as contribuições foram reunidas para compor os subsídios para as resoluções. As três delegações governamentais se reuniram para propor a minuta com as resoluções, a ser encaminhada ao grupo de Ministras para deliberação. As resoluções propostas foram organizadas em 3 eixos básicos: enfrentamento à violência, empoderamento econômico e orçamento de gênero. Buscou-se produzir um documento com resoluções o mais conciso possível. Houve também encontro de Ministras do FM-IBAS. As Ministras da África do Sul e Índia e a Secretária Tatau Godinho deliberaram sobre as resoluções propostas e passaram à assinatura da versão final do documento.

Seu quinto e último informe foi sobre o Seminário Nacional “Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas”. O seminário, promovido pela SPM/PR, em parceria com o Ministério do Esporte, tem por objetivos: dar visibilidade ao que existe de conhecimento acumulado sobre a participação das mulheres no esporte e lazer, aprofundar a análise em torno da realidade, apresentar as políticas formuladas e em desenvolvimento, apontar recomendações para seu aprimoramento e estimular o estabelecimento de políticas específicas pelos estados e municípios. Considerando a transversalidade das políticas de gênero e a importância da nossa parceria para mudarmos a vida das mulheres brasileiras, reafirmamos aqui o convite já enviado por e-mail, principalmente aos órgãos que direta ou indiretamente têm relação com o tema, o tempo todo ou apenas em razão dos grandes eventos esportivos. O evento acontecerá nos dias 03 e 04 de julho, no Salão Collins do Hotel Lakeside, sendo que as solicitações de inscrição devem ser realizadas até o dia 24/06 e ser enviadas para o e-mail:

mulheres.esportelazer@spmulheres.gov.br, informando nome, instituição e cargo/função. Contato telefônico: 3411-5884/4227 (Tiago).

Em seguida, a diretora **Ana Teresa Iamarino (SEV)** falou do Programa “Viver sem Violência”. Informou que a SPM está na fase de ir aos Estados para articular os termos de adesão dos Estados ao Programa. A Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Diretora do Programa estão reunindo representantes do judiciário e das diversas áreas dos governos estaduais e municipais envolvidos nas atribuições do programa para então seguir para segunda fase de implementação. Informou que a SPM também está trabalhando os aspectos administrativos e logísticos da apresentação, para construção das primeiras casas, com elaboração dos termos de referência para licitação da construção das casas nos vários estados. Está sendo construindo também um sistema com informações a serem alimentadas pelos diversos parceiros do programa, para integrar os serviços existentes e dar mais acesso às mulheres aos serviços, inclusive com ônibus adaptados para chegar em locais de difícil acesso, com foco principalmente nas mulheres do campo e da floresta, que foi uma demanda esta trazida pela Marcha das Margaridas. A SPM tem buscado formas de executar essa proposta. A SPM compra e equipa unidades móveis que serão entregues duas para cada Estado. Neste ano serão entregues dez unidades móveis (para cinco estados). A primeira entrega será em agosto na Paraíba, no dia 12, em homenagem e pela lembrança da morte de Margarida Alves. O Fórum Nacional das Mulheres do Campo e da Floresta colocou grande foco na demanda pelas unidades móveis. Os Estados se organizam previamente com seus municípios para disponibilizarem os serviços de delegacia, assistência social, etc. As unidades móveis dos Estados passam pelos municípios, mobilizam os profissionais indicados pelo município e levam esses profissionais às regiões de difícil acesso, para que as mulheres tenham acesso aos serviços. O objetivo é de ampliar o acesso e aprimorar procedimentos, pensar políticas voltadas para esse aprimoramento, partindo das reclamações que são recebidas através do 180, somando a essas as queixas que a

SPM recebe das delegadas sobre questões administrativas e organizacionais, chegando até a questões conceituais. A SPM está no estágio de pensar os procedimentos da perícia e também pensar a conceituação dos crimes que levam ao assassinato de mulheres. Já há um guia, que foi construído nesse primeiro seminário. A proposta agora é avançar nessas questões.

O informe seguinte foi da coordenadora- geral de diversidade **Maria de Lourdes Alves Rodrigues (SPM)**, sobre o 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres cujo objetivo prioritário foi apresentar o PNPM, mais especificamente destacar que, no PNPM, quais ações estão previstas para as jovens mulheres. Houve participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da ONU-Mulheres, do MDA, do MEC, do MinC... enfim uma participação bastante ampla nesse seminário interministerial. O foco central foram às políticas para mulheres, tendo como centro o PNPM. **Carla Bezerra (SG/PR)** complementou que foi uma parceria muito positiva, com atribuições bem definidas, com resultado muito positivo. O que planejam não é uma política específica para jovens mulheres rurais, mas sim uma forma de pensar e de integrar os setores no desafio da transversalidade, garantindo esse olhar e identificando que pautas específicas existem. É preciso pensar a política de educação e todo o trabalho na construção da autonomia econômica e pessoal na perspectiva da juventude, que é transitória. Nesse seminário, especialmente o capítulo 10 do PNPM foi amplamente discutido. O seminário foi organizado em Grupos de Trabalho, discutindo todo o PNPM, e foi muito produtivo. Para a SPM e para a Secretaria de Juventude, o entendimento é que foi um seminário altamente difundido, com ampla participação e transmissão *on line*. As jovens estavam todas conectadas via *facebook*, *twitter*... a transmissão teve um alcance esplendido. Foi um seminário que repercutiu muito. Agora temos desdobramentos, que são o grande desafio. Foi uma primeira experiência que tivemos desse diálogo tão direto entre gestoras e movimentos sociais. Houve participação de muitos movimentos sociais, feministas e da juventude.

Em seguida, a coordenadora do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres - CNDM, **Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos (SPM)**, fez um informe focando em um dos objetivos do planejamento estratégico: a formação de redes de conselhos de mulheres. Ela informou que a rede de conselhos está em processo de construção. Explicou que a prática anterior relacionava os conselhos, mas sem vinculação entre eles. Atualmente, O CNDM está em processo de organização desses dados com o cadastramento de todos os conselhos existentes no Brasil, dividindo-os por regiões, para trabalhar a interlocução entre os conselhos, para maior comunicação e divulgação entre eles e dos feitos da SPM, além de fortalecer a perspectiva do monitoramento e controle social. "Controle" no sentido mais amplo, visando promover ações articuladas e produtivas. Falou também que o CNDM está participando do Fórum Inter-conselhos; e informou que em agosto acontecerá o IV Fórum; ocasião em que será apresentado um balanço das ações governamentais realizadas em 2012.

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** mencionou que o PNPM, pela sua própria característica de transversalidade, será quase integralmente contemplado no monitoramento das agendas transversais que estão sendo desenvolvidas pela primeira vez pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Isso ocorre graças à sua aderência de 90% ao Plano Plurianual – PPA. Quando for divulgado o primeiro relatório de monitoramento das agendas transversais, previsto para agosto, veremos em que grau esse monitoramento atende as necessidades de monitoramento do PNPM. Desde o ano passado foi acordado que manteríamos, paralelamente, o SigSPM (monitoramento no âmbito deste Comitê) e o SIOP/agendas transversais (monitoramento coordenado pelo MP). Caso o monitoramento via agenda transversal

atenda as necessidades de monitoramento do PNPM, poderemos no futuro nos ater a ele. Para 2012 isso não foi possível, e precisamos contar com a colaboração dos membros do comitê para o relatório PNPM de 2012. Para 2013, avaliaremos a partir de agosto. É uma experiência nova e ainda é preciso incorporar no governo o conceito de transversalidade. O PNPM foi construído com 33 ministérios (representados neste Comitê) e por isso há grande possibilidade de a agenda transversal suprir ao menos parte da necessidade de monitoramento mais próximo do PNPM. Isso nos demanda uma articulação constante com todos os nossos parceiros. Nossa tarefa é muito importante. A SPM precisa estar sempre muito bem articulada com todas vocês, nossas parceiras nos respectivos ministérios; não só no sentido de informar, mas também para a criação de órgãos, comitês, núcleos, enfim: mecanismos de gênero em cada ministério, para que possamos ter esse olhar e esse recorte da perspectiva de gênero. Informou também que, quanto ao orçamento, que o corte no limite foi relativamente e nosso orçamento ficou em torno de R\$ 96 milhões sem as emendas parlamentares, que somam aproximadamente, R\$ 82 milhões (emendas coletivas e individuais).

A Conselheira **Vera Lúcia Machado (conselheira do CNDM)** informou que na última reunião do CNDM foi aprovada uma nota técnica contra o Estatuto do Nascituro, o que foi muito importante e teve ampla repercussão.

Em seguida **Karla Hora (MDA)** informou sobre o lançamento do Plano Safra Semi-árido no qual houve um ato em que foram documentadas 1 milhão de mulheres trabalhadoras rurais. Será realizada a 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de elaborar o Plano de Desenvolvimento Rural e Solidário, garantindo a efetivação da participação das mulheres cada vez mais forte no desenvolvimento rural. Será a primeira conferência com paridade de gênero. Nos dias 2 e 3 de julho ocorrerá a conferência temática de mulheres rurais, com o objetivo de mobilizar, informar e debater os temas, para que as mulheres possam defender posições já debatidas nas conferências estaduais e na conferência nacional. O MDA já tem confirmação de catorze conferências temáticas de mulheres, das 27 conferências estaduais. Isso é uma excelente notícia do ponto de vista de articulação e do envolvimento. Serão 1.200 participantes: 600 delegadas e 600 delegados. Todas as conferências (municipais, estaduais e a federal) serão paritárias no que diz respeito a gênero. Isso tem sido efetivado com bastante sucesso.

Sandra Del Pupo (CAIXA) informou que no dia 3 de julho será realizado em Brasília no auditório dos Correios o "IV Ciclo de encontros Regionais para fortalecimento da Equidade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho". O encontro já ocorre anualmente desde 2009, em diversas regiões do país e reúne atualmente 9 instituições: Banco do Brasil, CAIXA, CORREIOS, CPRM, Embrapa, Eletrobrás/Eletronorte, Itaipu Binacional, Petrobras e SERPRO. O encontro 2013, organizado pelos CORREIOS, tem como objetivo discutir as melhores práticas que as instituições têm adotado, facilitando o compartilhamento de experiências e informações, com intuito de proporcionar melhores condições para elaboração do Plano de Ação para participação das entidades na 5ª Edição do Programa Pró-equidade de Gênero da SPM. A organização convidou para participar representantes da SECRETARIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES da SPM e da SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e ainda contará com a participação do palestrante Reinaldo Bulgarelli. As informações gerais para participação no seminário serão repassadas a SPM/PNPM para divulgação aos membros do Comitê de Monitoramento PNPM.

A Conselheira **Vera Lúcia Machado (conselheira do CNDM)** falou sobre o Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, que ocorrerá em São Paulo,

onde está prevista a participação de 150 mulheres representando 50 países estrangeiros e a participação de 1.400 mulheres do Brasil nessa atividade. O Encontro ocorrerá do dia 25 ao dia 31 de agosto, no memorial da América Latina em São Paulo. Os ministérios que quiserem participar serão bem vindos, pois os organizadores entendem ser de suma importância a articulação e o trabalho conjunto pela autonomia econômica das mulheres. A SPM patrocina e também participa desse Encontro.

Flávia Bustamante (BB) informou da Exposição *Elles: mulheres artistas do Centro Pompidou*. A exposição dá destaque às mulheres artistas dos séculos XX e XXI, cujas obras, muitas vezes, ficaram escondidas ou não foram reconhecidas, e agora ocupam seu devido lugar. A exposição ocorre no período de 24 de maio a 14 de julho no CCBB da cidade do Rio de Janeiro e entre setembro e outubro segue para o CCBB de Belo Horizonte. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira sugeriu a vinda da exposição à Brasília.

Passou-se então para a discussão sobre o monitoramento do PNPM 2012 e 2013.

A assessora **Leila G. Ollaik (SPM)** apresentou a situação atual do sistema de monitoramento do PNPM, disponível na página da SPM na internet, e orientou os membros do Comitê sobre o preenchimento do sistema de monitoramento do PNPM. Ressaltou que é necessário o engajamento de cada membro do comitê para o preenchimento do sistema de monitoramento em relação às ações de seus respectivos órgãos. Mostrou os relatórios públicos de 2008 a 2010 em comparação ao relatório público de 2011, todos disponíveis ao grande público na internet, e mostrou, dentro do sistema, como está o relatório de acompanhamento para 2012, ainda bastante incompleto. Solicitou o empenho de cada membro do Comitê para o preenchimento das informações no sistema. As informações referentes a 2012 são de fácil preenchimento. Explicou que caso necessitem de algum auxílio, a assessoria da Secretária-Executiva está à disposição para ir aos órgãos e ajudar no preenchimento. Explicou que a SPM não tem acesso às informações dos demais órgãos, mas tendo acesso às informações do órgão (e cada membro do Comitê tem de seu respectivo órgão), o preenchimento é possível, daí a necessidade do empenho dos membros do Comitê. Para 2013, é possível ir preenchendo aos poucos informações inclusive qualitativas do que está sendo executado que contribui para atingir os resultados previstos nas ações do PNPM.

Representantes do MDA e do Banco do Brasil informaram do sucesso do Pronaf que destinou 300 mil reais só para mulheres e do sucesso do microcrédito orientado, destinando 478 mil reais só para mulheres. Nas ações de desenvolvimento regional do Banco do Brasil, dos 1.467.000 beneficiários, 457.000 mil são mulheres beneficiárias. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira parabenizou o BB e pediu para as informações serem repassadas à SPM para registro.

A assessora **Camila Rocha Firmino (SPM)** falou sobre a importância dos mecanismos de gênero nos ministérios e passou então ao próximo ponto da pauta, para uma rodada com todos os membros, para que o Comitê possa tomar conhecimento sobre o encaminhamento que cada um dos membros deu à proposta dentro de seus respectivos órgãos, em relação ao documento que foi enviado como resultado da última reunião deste Comitê.

A representante da Secretaria Geral da Presidência da República, **Carla Bezerra (SG/PR)**, informou sobre o andamento da proposta para criação de um mecanismo de gênero dentro da Secretaria-Geral. Ela informou que foi iniciada a elaboração de nota técnica, com proposta de criação de uma comissão de gênero, no âmbito da Secretaria Geral. Lá, estão em fase de levantamento de ações das diferentes secretarias com interface com políticas de gênero e discussão sobre a composição da comissão.

José Salomão (MCidades), (que veio representando o Ministério das Cidades, pois a titular estava impossibilitada e a suplente está em férias) informou que o Ministério das Cidades tem ciência da necessidade de criação de um órgão interno de gênero, que o documento com a proposta para sua criação foi repassado para a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e também para a Secretaria de Habitação; e que estão estudando a melhor forma de fazer a composição desse mecanismos de gênero no Ministério das Cidades.

Sandra Del Pupo (CAIXA) informou que em abril de 2012 foi dada posse a "Comissão Gestora de Diversidade CAIXA", composta por 10 servidores ocupantes dos cargos de Superintendente Nacional e Gerente Nacional das áreas gestoras da Matriz em Brasília, nomeados por meio de portaria da Presidência da CAIXA, que se reúnem bimestralmente para discutirem a respeito das questões de Diversidade no ambiente da corporação. O trabalho desenvolvido pela comissão possui caráter deliberativo e visa subsidiar o processo de desenvolvimento, avaliação e acompanhamento do "Programa CAIXA de Diversidade" no qual estão incluídas prioritariamente as temáticas de Gênero, Raça, Pessoas com Deficiência e LGBT. Em outubro/2012 foram designadas, por meio de portaria da Vice-Presidência de Pessoas, 16 Comissões Regionais de Diversidade formadas pelos Gestores de Superintendências Regionais e Gerência de Filiais e Gerentes das Filiais de Pessoas da CAIXA localizadas nas 5 regiões do país, buscando aproximar o debate e as ações dos empregados da CAIXA.

Maria Gorett de Couto Gomes (MME) informou que recebeu o documento sobre os Mecanismos de Gênero encaminhado pela SPM e que foi importante, embora as atividades no MME tenham acontecido de maneira diferente, porque desde 2004 já desenvolvem atividades como um comitê de gênero; que no próximo ano, 2014, irão completar dez anos de atividades, e que nesse momento entendem que é muito importante formalizar a existência desse trabalho dentro do MME. Informou que uma minuta de portaria foi encaminhada ao Gabinete do Ministro, aguardando o momento oportuno de tratar do tema e publicá-la. O documento encaminhado pela SPM ajudou na elaboração da minuta, subsidiando a argumentação da importância de ter um comitê instituído formalmente.

Alexandra Rodrigues Rocha (MPA) informou que o documento foi recebido, com base nele foi minutado outro documento relatando a importância da criação de um mecanismo de gênero no Ministério da Pesca e da Aquicultura, e que essa minuta foi encaminhada ao gabinete e à secretaria executiva do MPA. A representante do MPA informou que o próximo passo será a criação do comitê de gênero no MPA.

Marília Gabriela Villarreal Goulart (MinC) informou que foi iniciada uma discussão com a Secretaria de Cidadania Cultural, porque é nesta secretaria, no âmbito no ministério da cultura, onde já está sendo discutida a questão de gênero. A idéia da representante do MinC é unir as questões de gênero e de diversidade sexual, pois já existe um comitê LGTB no MinC. Assim, em vez de criar diferentes comitês, haveria a unificação da diversidade com a cidadania, para criar um comitê único que reúna as diferentes pautas. A proposta já está com a Secretária Márcia Rollemberg e o assunto está sendo tratado internamente.

Elizabeth Marins (Ipea) informou que a elaboração de regras para questões internas relativas a condição de gênero e raça está em fase final, e que isso é um passo para que o Ipea possa se inserir no Programa Pró Equidade. Mas não deu informes sobre o andamento da proposta de criação de um mecanismo de gênero dentro do Ipea (que é diferente da participação no Programa Pró Equidade).

O Coronel **Rodrigo Prates (MD)** informou que recebeu o documento para subsidiar a proposta de criação de um mecanismo de gênero no Ministério da Defesa, que o documento foi analisado, e que é preciso haver uma análise em conjunto nas Forças Armadas. Informou que foi elaborada uma proposta com base no documento enviado e que nos próximos quinze dias aproximadamente, essa proposta de instituir uma Comissão de Gênero no Ministério da Defesa, será levada ao Gabinete do Ministro. No entanto, manifestando posição pessoal, levantou a questão da amplitude das Forças Armadas, constituídas por Exército, Marinha e Aeronáutica, e que talvez uma única comissão não seja suficiente para proporcionar a desejada transversalidade nas políticas públicas do Ministério da Defesa. Conclui afirmando que espera que até agosto, para o Seminário de Capacitação dos Mecanismos de Gênero, o Ministério da Defesa já possa indicar os representantes dessa Comissão para participarem.

Maurício Messias (BB) explicou que a questão de gênero no Banco do Brasil está vinculada à área de gestão de pessoas, com recorte próprio e interno, mas com o objetivo de institucionalizar a transversalidade do tema. Explicou que internamente o BB tem um Fórum de Sustentabilidade, onde são debatidos temas específicos que não estão nem dentro da área da transversalidade nem na área de gestão de pessoas. Por exemplo, o BB tem um cartão de crédito que apoia projetos sociais, elevando o nível de sustentabilidade. Informou que no próximo fórum de sustentabilidade serão colocadas questões de gênero e da mulher, no intuito de ampliar a transversalidade e ampliar o foco. Para criação de um mecanismo de gênero, é preciso pensar com cuidado aonde encaixar esse comitê na organização, para que o tema fique institucionalizado e permaneça.

A coordenadora do Programa Cooper-gênero do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Vera Lúcia de Oliveira (MAPA)**, informou que recebeu o documento, que o encaminhou por meio de nota técnica ao gabinete, e que houve uma reunião sobre o tema com o Secretário Executivo do MAPA, que deu total apoio à ideia. Já foram designadas pessoas no gabinete para analisar o documento e não demorará muito para que a Portaria de criação do Comitê de Gênero do MAPA seja assinada. Explicou ainda que o Dr. Fonteles, o Secretário Executivo do MAPA, pediu que fosse transmitido à SPM que dá apoio total ao tema no Ministério. Vera Lúcia também questionou o Banco do Brasil sobre o fato de 90% das cooperativas e associações do Nordeste com as quais o MAPA trabalha demonstram precisar de apoio no crédito. Ela informa que o MAPA instrui as cooperativas e associações a procurarem o Banco do Brasil, mas que seria interessante poder dar alguma instrução mais concreta, porque as mulheres reclamam da falta de orientação ou de orientações muito genéricas. A representante do MDA concordou com o diagnóstico. As mulheres têm os seus empreendimentos, têm ideias e programas fantásticos, como quintais produtivos, hortas de mandalas produtivas, professoras em escolas no campo, etc. Mas não têm acesso ao crédito. Foi relatado o caso de uma professora no Piauí que escreveu uma carta solicitando dez mil reais para arrumar a escolinha aonde ela dá aulas. São mulheres que batalham muito; mas ainda não dispõem de um caminho para acessar crédito. As mulheres ficam constrangidas, acanhadas, dependem de alguém para conseguir um financiamento. Foi solicitado então que o Banco do Brasil envie dados e alternativas, informações mais concretas, para que sejam divulgadas, tanto pela SPM, quanto pelo MDA e pelo MAPA, pois é preciso atender esse público. É preciso ter clareza e poder informar à população de que forma essas pequenas e micro produtoras, que não têm garantia para oferecer mas estão oferecendo trabalho, podem ter acesso a crédito. Por último, Vera Lúcia (MAPA) manifestou satisfação em ver o Ministério da Defesa participando e ressaltou que é muito bom ter homens presentes e se envolvendo no

Comitê e nas políticas públicas para as mulheres, pois só assim vamos construir uma sociedade mais igualitária. É uma satisfação ver no Ministério da Defesa as três áreas envolvidas, pois isso é muito bom para o país.

Maurício Messias (BB) concorda com o que foi diagnosticado pelo MAPA e também identifica demanda reprimida no microcrédito produtivo orientado. O BB está ciente que é preciso incluir mais mulheres no microcrédito. Afirma que é um público novo, na área urbana. Na área rural, já há ampla participação de mulheres, o BB já tem um público rural feminino forte. Na área urbana, foram inseridas 500 mil mulheres, que passaram a receber microcrédito produtivo orientado. O BB constata que se pudermos fazer juntos, com auxílio de representações estaduais, locais, etc., será mais fácil ampliar o mercado.

Sandra Del Pupo (CAIXA) argumentou que todos os bancos públicos têm essa ênfase no microcrédito produtivo orientado. Que todos possuem estratégias de atendimento diferenciadas para o público alvo, sendo interessante que as informações a respeito da linha de crédito sejam divulgadas de forma padronizada, por todos os bancos, permitindo que as representantes do comitê orientem as interessadas facilitando assim o atendimento da demanda. Os bancos possuem grandes demandas e se esforçam para atender, pois há muitos recursos para aplicar, a juros subsidiados e em condições favoráveis. Na CAIXA as informações podem ser obtidas no endereço: http://www.caixa.gov.br/voce/Credito/mpo_crescer/index.asp, ou no atendimento telefônico disponível no 0800726.0101.

Sandra também agradeceu que a SPM e os demais órgãos parceiros têm divulgado algumas ações pontuais que a CAIXA vem adotando de forma transversal.

Explicou que com a reestruturação ocorrida na CAIXA, no princípio de 2013 o acompanhamento do PNPM ficou com a área de pessoas, que faz a gestão do "Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça" e tem também a atribuição de articular com as demais áreas da CAIXA as questões do gênero e raça.

Referindo-se à Vera Lúcia (MDA), Sandra afirmou que essas comunidades podem buscar informações no site da CAIXA e participar das diversas iniciativas tais como o "Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local" que possui forte viés de gênero na escolha dos projetos, e das chamadas públicas para financiamento de projetos patrocinados pelo Fundo Socioambiental da CAIXA, última chamada ocorrida em out/2012.

Sandra Del Pupo (CAIXA), a respeito da proposta da BB e CAIXA chegar mais próximos aos mecanismos estaduais e municipais de gênero, mencionou que ações nesse sentido teriam de partir da informação de contato dessas representações, a fim de articular os relacionamentos com as Superintendências Regionais e Agências da CAIXA. Ficarão aguardando a relação de contatos para distribuição as unidades locais da CAIXA.

Adriana Santos (MTE) informou que a cartilha do assédio moral foi reeditada (foi inclusive distribuída para os membros do Comitê) e que houve rearticulação das comissões nacionais de gênero. No MTE já há mecanismo de gênero institucionalizado e estão trabalhando para o seu fortalecimento.

Karla Hora (MDA), em relação à colocação da Vera Lúcia Oliveira, informou que o Pronaf Mulher agora conta com uma metodologia que inclui o microcrédito orientado. No MDA também já há mecanismo de gênero institucionalizado e estão trabalhando para o seu fortalecimento.

Rodrigo Prates (MD) manifestou o entendimento que o Comitê, a criação de mecanismos de gênero nos ministérios, são formas excelentes de trabalhar a transversalidade, implícita à questão. Perguntou se há experiências similares em outros

países. Argumentou que o Ministério da Defesa tem adidos militares, adidos de defesa, em metade dos países do mundo; e que gostaria de saber se a SPM tem conhecimento de experiências similares, de institucionalização da questão de gênero em âmbito governamental com caráter transversal, em outros países, para fins de uma pesquisa direcionada. A **Secretária Executiva Lourdes Bandeira (SPM)** respondeu que há diversas experiências e deu os exemplos da França, que tem o Ministério das Mulheres há mais de uma década, com políticas voltadas à eficácia de atuação em todas as áreas governamentais. Citou também o exemplo do Canadá, onde a situação é similar à da França. Mencionou também que há países que não tem Ministério da Mulher porque a sociedade já é mais igualitária, tais como a Noruega, a Dinamarca, a Suécia, embora existam programas e ações de governo destinado às mulheres. O grau de cidadania e de direitos das mulheres nesses países já está mais avançado em relação à equidade. A Secretária Executiva sugeriu ao representante do Ministério da Defesa, caso queira, tomar como parâmetros de referência a situação do Canadá e da França; além de alguns dos países da Europa do Norte. O Brasil precisa avançar ainda, na área da segurança pública, exemplo é a regulamentação atual que limita o ingresso de mulheres na polícia militar em 10% como é o caso do Distrito Federal. Isso é um entrave a expansão da presença feminina na área da segurança pública.. É preciso mudar para construir a equidade entre homens e mulheres em uma sociedade mais igualitária.

Gláucia Morelli (CNDM) pediu a palavra para dizer que foi titular desse Comitê desde a outra gestão, mas que fazia algum tempo que não participava porque agora é membro suplente. Ela se mostrou muito emocionada com essa reunião, por ver os resultados da militância que cada uma de nós tem no movimento social, no movimento de mulheres, que vem lutando muito para conseguir essa sensibilização de todos os setores, inclusive da área da Defesa e da Segurança Pública. Quando a Secretária Executiva Lourdes provocou a apresentação, parecia que resultados tão promissores não iriam aparecer. Temos muito a avançar, muito a construir. Mas é bom saber que já estamos avançando, com a criação dos mecanismos de gênero em todos os Ministérios do Governo Federal.

Barbara Cobbo (IBGE) afirmou que já há muitos anos o IBGE vem trabalhando com a SPM para construção de indicadores de gênero. O IBGE já tem alguns indicadores construídos na temática de gênero e tem colocado os dados do Lige 180, além da participação no Comitê de Gênero e Uso do Tempo, inclusive com participação agora na próxima IATUR. Talvez não seja possível fazer todos os indicadores e tudo que se deseja, mas já fizemos muito e estamos avançando. Prova disso é o censo com dados sobre gênero e o estreitamento de laços com MDA, MDS e SPM. O IBGE está aberto para conversar sobre a necessidade de mais informações e subsídios para aprimorar políticas públicas dentro de cada área específica de cada um dos ministérios. O IBGE está passando por reorganização de sua área social e já foi constituído um Grupo de Trabalho – GT sobre gênero, encarregado de desenvolver uma reflexão crítica sobre o que a informação desagregada por sexo traz à mais; pois não basta apenas desagregar, é preciso refletir sobre os dados. O GT também tem a incumbência de trabalhar em cima de registros administrativos, pois todas as iniciativas têm de ser bem documentadas. Espera-se, como resultado, uma visão ampla do esforço conjunto dentro das questões de gênero.

Alex Canuto (MJ) quis esclarecer a questão levantada pela Secretária Executiva da SPM sobre os dez por cento das policiais militares. Ele argumentou que essa regra não foi feita para restringir, mas sim para garantir direitos. Porque não havia mulheres, houve a previsão legal no sentido de abrir espaço, como um sistema de quotas. As mulheres produzem resultados melhores em algumas atividades, em outras são os

homens. Em algumas áreas é necessário que a policial seja mulher, como por exemplo para revista corporal. Há varias atividades exclusivas. O ofício militar às vezes requer determinadas características para o exercício de determinadas atividades. Por exemplo: o sistema penitenciário. É preciso haver agentes penitenciários do sexo masculino nas prisões masculinas e agentes penitenciários do sexo feminino nas prisões femininas. A Secretária Executiva agradeceu o esclarecimento, mas lembrou que a regra no GDF existe desde 1986, que em 2013 já poderia ter mudando . E citou outros exemplos que insistem em manter apenas o padrão masculino, como referente, como é o caso dos medicamentos para HIV, que são desenvolvidos pensando em um padrão de corpo exclusivamente masculino; assim como objetos de trabalho na zona rural (enxadas etc). Ainda é muito presente a ausência das mulheres atuantes no espaço público brasileiro. Somos 52% da população e temos que ter quotas para a participação na política, na polícia... Isso evidencia a falta de equidade.

Lourdes Bandeira (SPM), em relação ao documento, reforçou que este foi encaminhado para criação de comitês nos ministérios, pois, trata-se de uma das prioridades do nosso planejamento estratégico e também é da secretaria executiva e que a SPM irá de fato cobrar essa demanda. Informou também que foi aprovado o novo Regimento Interno deste Comitê e chamou atenção para a regra de que se houver três ausências da representante no Comitê, a SPM pedirá a substituição do membro, porque queremos presenças importantes e engajadas. Informou também do esforço do IBGE no projeto “@mulheres”, que disponibilizará acesso a todos os dados sobre as mulheres: dados do BB, da CAIXA, dos ministérios, no campo jurídico, político, cultural, esportivo... Esse projeto está em negociação com o IBGE do ponto de vista de sua construção. Temos um arsenal estatístico que representa o censo demográfico e temos sempre uma fala, uma narrativa, que não pontua o dado específico, dado esse que pode contribuir para a formulação e a implementação da política pública. A SPM participou da revisão dos questionários MUNIC e ESTADIC que o IBGE aplica para saber quais municípios e estados têm estruturas de delegacias especializadas, conselhos, fóruns, secretarias etc.; existência de mecanismos nos estados e municípios. Ações pontuais, como a de emprestar dez mil reais para uma professora que precisa para arrumar a escola, podem ser bem mais facilmente atendidas via BB ou CAIXA, do que mediante um convênio com a SPM. Realizar um convênio, seja de dez mil ou de dez milhões, dá o mesmo trabalho; e muitas vezes casos assim nem podem ser conveniados pelo município por estarem em situação de inadimplência. Então os bancos poderiam oferecer isso. Esses programas dos mecanismos de mulheres estaduais e municipais poderiam articular isso. E, ainda sobre mulheres policiais, a Secretaria Executiva citou estudos que mostram que policiais mulheres são menos corrompidas. As policiais de trânsito nem recebem nem ofertas de propinas, enquanto os policiais homens as pedem!

Andréa Chaves (MD) lembrou a todas que temos hoje no Brasil a primeira mulher almirante; e que hoje, na Marinha, no concurso para médicos, estão sendo aprovadas mais mulheres do que homens. Como hoje em dia quase não há embarque de mulheres, na Marinha está se pensando em criar quotas para homens médicos militares! É preciso médicos embarcados, porque muitas vezes é a única forma de levar o serviço médico a uma mulher ribeirinha, por exemplo. Mencionou também que atualmente entram no serviço público, assistentes sociais homens, causando estranheza. De fato, a sociedade está de fato mudando.

Sandra Del Pupo (CAIXA), a respeito da proposta da BB e CAIXA chegar mais próximos aos mecanismos estaduais e municipais, mencionou que ações nesse sentido teriam de partir da informação de contato dessas representações, a fim de provocar as superintendências da CAIXA. Ela solicitou essa informação.

Partiu-se então para o último item da pauta: apresentação da proposta preliminar do seminário. A proposta foi apresentada e abriu-se para o debate.

Maria do Rosário Cardoso (MP) sugeriu a inclusão um painel de boas práticas. Há boas práticas no MDA, no MTE, no MME... a sugestão é um painel com ao menos duas, para comparação.

A Conselheira **Vera Lúcia Machado (CNDM)** sugeriu, para o painel onde estarão Betânia e Jacira, também a participação de Maria Lúcia Silveira, que desenvolvem pesquisa sobre trabalho doméstico e de cuidados. Mas a secretária executiva Lourdes Bandeira (SPM) explicou que esse painel está aí proposta como parte final do Fundo de Igualdade de Gênero da ONU Mulheres, um consórcio no qual a SPM faz parte. **Vera Lucia (MDA)** sugeriu encaixar um debate sobre a atuação do sistema financeiro, para discutir como CAIXA, BB e demais bancos públicos poderiam atuar para inserção das mulheres.

Andrea Chaves (MD) propôs convidar o Banco do Nordeste para falar de microcrédito para mulheres. A secretária executiva Lourdes Bandeira (SPM) ressaltou que o espírito do seminário é capacitar os responsáveis pelos mecanismos a serem criados nos ministérios. Ressaltou que temos evidentemente uma gama muito grande de temas, mas o espírito do seminário é capacitar os responsáveis pela criação e fortalecimento dos mecanismos de gênero. Envolve toda uma discussão sobre políticas públicas. Todas essas sugestões são muito relevantes e fazem parte do debate, mas a exposição terá de estar restrita. Algumas sugestões são incorporáveis, outras não. A sugestão do painel de Boas Práticas é muito boa, porque relata um pouco o que já fizemos no passado. No passado, foi mais restrito porque trouxemos os cinco ministérios que já tinham mecanismos de gênero, com suas experiências, e produzimos um documento com base nessas experiências.

Juliana Neves Vieira (BB) sugeriu que como já temos o documento dos mecanismos, se pudéssemos focar o painel de Boas Práticas que ocorre após que o mecanismo é instituído, teríamos então um vislumbre do segundo momento: sobre como o Comitê de Gênero se articula dentro do seu órgão.

Sandra Del Pupo (CAIXA) ressaltou que não será possível ampliar tanto a quantidade de pessoas participantes do seminário, pois há a limitação do espaço. Sugeriu que o material seja compartilhado por meio da edição de um vídeo, um caderno de resumo ou um livro, para que possa ser distribuído a todas as comissões de diversidade regional, permitindo uma reprodução da capacitação na base, nos estados e nos municípios.

Houve a combinação que cada membro do comitê terá até o próximo dia 15 (15 de julho) para informar quantos representantes de seu órgão participarão do seminário em agosto, para melhor dimensionamento do evento e reserva do espaço.

Foi encerrada a reunião, com a definição que a 48ª Reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM será realizada nos dias 20 e 21 de agosto, no formato desse seminário de Capacitação dos responsáveis pela criação e fortalecimento dos Mecanismos de Gênero dos Ministérios.